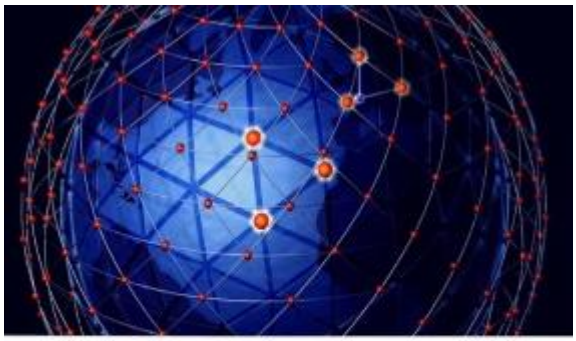


EmSociedade

A glossolalia política: religião, plataformas sociais, antipetismo e perspectivas das eleições brasileiras desde 2018

Political glossolalia: religion, social platforms, anti-PT sentiment and perspectives in Brazil's elections since 2018

Fernando Luz Sinimbu Portugal[1]
Karina Junqueira[2]
Maria Eduarda Medeiros[3]

Resumo

Este artigo analisa a religião como dimensão política no Brasil contemporâneo, com ênfase em sua atuação no contexto da plataformização da vida social e de reorganização das direitas brasileiras. Parte-se da hipótese de que a religião não opera apenas como experiência individual de fé, mas também como linguagem moral, estrutura de sociabilidade, marcador identitário e instrumento de mobilização política. O texto discute os limites da secularização no Brasil, a expansão do (neo)pentecostalismo, a atuação pública da Renovação Carismática Católica e a convergência entre repertórios religiosos conservadores, antipetismo e plataformas digitais. Argumenta-se que, especialmente a partir da crise política dos anos 2010 e das eleições de 2018, discursos religiosos e baseados na pauta de costumes passaram a ocupar posição estratégica na construção de identidades políticas, na difusão de narrativas de ameaça e na legitimação do bolsonarismo. A análise evidencia que a plataformização intensificou a circulação de conteúdos religiosos e políticos, e favoreceu formas descentralizadas, emocionais e segmentadas de mobilização.

[1] Doutorando em Ciências Sociais do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da PUC Minas; Doutorando em Direito pela Universidad de Santiago de Compostela (Espanha). E-mail: portugalbh@gmail.com https://orcid.org/0009-0005-0070-0183

[2] Doutora em Serviço Social, Profa. do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. E-mail: karinajunqueira@pucminas.br -

[3] Graduanda em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). E-mail: maria.medeiros.1574091@sga.pucminas.br

Conclui-se que compreender a política brasileira contemporânea, o que inclui o cenário da eleição presidencial de 2026, exige considerar a religião como dimensão constitutiva das disputas públicas, sem reduzi-la a determinismo eleitoral ou a bloco homogêneo de comportamento político.

Palavras-chave: religião; política; plataformização; pentecostalismo; bolsonarismo.

Abstract

This article analyzes religion as a political dimension in contemporary Brazil, with particular emphasis on its role within the context of the platformization of social life and the reorganization of the Brazilian right. It is based on the premise that religion operates not only as an individual experience of faith but also as a moral language, a structure of sociability, an identity marker, and an instrument of political mobilization. The article discusses the limits of secularization in Brazil, the expansion of (neo-)Pentecostalism, the public engagement of the Catholic Charismatic Renewal, and the convergence between conservative religious repertoires, anti-Workers' Party (anti-PT) sentiment, and digital platforms. It argues that, particularly since the political crisis of the 2010s and the 2018 presidential election, religious discourse and morality-based agendas have assumed a strategic position in the construction of political identities, the dissemination of threat narratives, and the legitimation of Bolsonarism. The analysis shows that platformization has intensified the circulation of religious and political content while fostering decentralized, emotional, and highly segmented forms of mobilization. It concludes that understanding contemporary Brazilian politics, including the context of the 2026 presidential election, requires recognizing religion as a constitutive dimension of public disputes, without reducing it to electoral determinism or treating it as a homogeneous bloc of political behavior.

Keywords: religion; politics; platformization; Pentecostalism; Bolsonarism.

1 INTRODUÇÃO

Joanildo Burity afirmou, ainda na década de 1990, em tom quase profético, que "os partidos e candidatos que não levam em consideração os grupos religiosos em seu discurso e estratégia correm sério risco de se complicarem ou inviabilizarem eleitoralmente" (Burity, 1997, p. 46). Tal observação antecipava transformações profundas que seriam observadas no campo religioso e político brasileiro nas décadas seguintes.

Nesse período, o crescimento político dos segmentos evangélicos, especialmente pentecostais, e o fortalecimento de movimentos católicos carismáticos transformaram profundamente a dinâmica eleitoral brasileira, tornando a relação entre religião e política um dos temas centrais do debate público contemporâneo.

Segundo o Censo Demográfico de 2022, os evangélicos representam 26,9% da população brasileira, consolidando-se como o segundo maior grupo religioso do país, atrás apenas dos católicos, que correspondem a 56,7% da população. O crescimento evangélico

ocorreu de forma desigual pelo território nacional, apresentando maior presença relativa nas regiões Norte e Centro-Oeste. Paralelamente, observou-se a continuidade da redução do número de católicos[4] e o crescimento da população sem religião, que passou a representar cerca de 9,3% dos brasileiros, evidenciando um processo de pluralização religiosa e reconfiguração do campo religioso nacional (IBGE, 2025). A literatura também aponta que a expansão evangélica ocorreu de maneira particularmente intensa nas periferias urbanas e entre segmentos populares, onde as igrejas passaram a desempenhar funções de acolhimento, sociabilidade e reorganização moral da vida cotidiana (Côrtes, 2022; Souza, 2010).

Nas eleições presidenciais de 2018 e 2022, observou-se forte adesão de parcelas expressivas do eleitorado evangélico a candidaturas de direita e extrema direita, especialmente em torno de Jair Messias Bolsonaro, fenômeno que intensificou o interesse acadêmico acerca das relações entre religião, conservadorismo moral e comportamento político. Nesse período, essa tensão intensificou-se, isto é, o antipetismo consolidou-se como um importante mote emotivo de mobilização política, ao articular sentimentos relacionados à corrupção, à ordem moral, à insegurança e às transformações culturais. Ainda nesse contexto, evangélicos (neo)pentecostais e católicos pentecostais-carismáticos desempenharam papel relevante na circulação de discursos conservadores e na legitimação de candidaturas de direita e extrema direita.

Com efeito, o objetivo deste artigo é analisar como religião, moralidade e comportamento político passaram a se articular no Brasil contemporâneo, principalmente por meio de plataformas digitais, com ênfase, na relação entre pentecostalismo, catolicismo carismático e antipetismo. Busca-se compreender de que maneira identidades religiosas influenciam percepções morais, alinhamentos ideológicos e escolhas eleitorais, particularmente a resistência de parte do eleitorado religioso ao Partido dos Trabalhadores (PT).

Trata-se de um artigo fundamentado especialmente na literatura produzida no campo das Ciências Sociais a respeito da religião, da ciência política e das inovações tecnológicas de mediação social, em que os autores aqui mobilizados investigam o crescimento pentecostal, a

[4] Segundo a RCC Brasil, há cerca de 14-15 mil grupos de oração espalhados pelo Brasil, estando presentes em quase todas as dioceses. Há ainda uma pesquisa do Datafolha de 2022, segundo a qual 18% dos católicos se declararam parte da RCC (cerca de 18 milhões de pessoas). Entretanto, como não há pesquisa anterior ou posterior, não é possível avaliar se o grupo de carismáticos têm crescido ou diminuído (Datafolha, 2022).

atuação pública dos grupos religiosos, a moralização da política e a formação do antipetismo no Brasil recente. É, portanto, um artigo teórico-interpretativo.

Parte-se da hipótese inicial de que o apoio significativo de segmentos (neo)pentecostais e carismáticos a candidaturas conservadoras e de extrema direita não pode ser explicado por um único e solitário fator, mas pela articulação multi-inferencial entre dimensões morais, simbólicas, sociais e políticas. Argumenta-se, nesse sentido, que a religião não opera como elemento periférico-acessório da política, e sim como dimensão estruturante das identidades políticas contemporâneas, mobilizando afetos, valores e formas de pertencimento coletivo.

O artigo desenvolve-se a partir de quatro eixos principais. Inicialmente, discute-se a religião como dimensão política no Brasil contemporâneo, considerando os limites da secularização e a pluralização do campo religioso. Em seguida, examina-se a expansão do (neo)pentecostalismo e da Renovação Carismática Católica, destacando suas convergências morais e políticas. Na sequência, analisa-se a relação entre religião, antipetismo, plataformização e reorganização das direitas brasileiras, com atenção ao papel das plataformas digitais, dos algoritmos e das novas formas de mobilização política. Por fim, investiga-se como essas dinâmicas têm se expressado a partir das eleições de 2018 e na consolidação do bolsonarismo, evidenciando a articulação entre moralidade religiosa, comportamento eleitoral e conservadorismo político.

A contribuição original deste trabalho reside na articulação entre religião, plataformização e comportamento político, especialmente pela comparação entre repertórios pentecostais e católicos carismáticos e pela aplicação desse quadro analítico ao cenário eleitoral brasileiro de 2026.

2 A religião como dimensão política no Brasil

A relação entre religião e política no Brasil contemporâneo não pode ser compreendida apenas a partir da atuação institucional das igrejas ou da participação eleitoral de lideranças religiosas. A religião constitui também uma dimensão produtora de valores, identidades coletivas, disposições morais e formas específicas de interpretação do mundo social. Nesse sentido, ela opera como um vetor político estruturante, capaz de influenciar percepções sobre autoridade, família, corrupção, ordem social, cidadania e pertencimento coletivo.

Autores como Weber (2004) identificaram na modernidade um processo crescente de racionalização e desencantamento do mundo, no qual diferentes esferas da vida social passam a operar segundo lógicas relativamente autônomas. Inspiradas por esse diagnóstico, teorias posteriores da secularização, como a formulada por Berger (1985), passaram a associar a modernização ao declínio da influência social da religião. Contudo, a experiência observada em diferentes contextos nacionais, especialmente na América Latina, revelou limites importantes dessa interpretação.

Ao revisar suas próprias formulações, Berger (2000) argumenta que a modernidade não produziu necessariamente o declínio da religião, mas uma dinâmica mais complexa, marcada pela coexistência de processos de secularização e contrassecularização. Se, por um lado, a modernização enfraqueceu determinadas formas tradicionais de autoridade religiosa, por outro favoreceu o surgimento e a expansão de movimentos religiosos capazes de se reorganizar e atuar de maneira significativa na vida pública. Nesse sentido, a religião não desapareceu, mas passou a assumir novas formas de expressão social, cultural e política.

O caso brasileiro constitui um exemplo eloquente desse processo. Longe de promover o desaparecimento da religião da esfera pública, a modernização social foi acompanhada pela expansão de atores religiosos e pela ampliação de sua presença nos meios de comunicação, nas disputas culturais e na arena política. Particularmente entre pentecostais e católicos carismáticos, observa-se a consolidação de formas de atuação pública que articulam valores morais, identidades coletivas e projetos de sociedade. Compreender o cenário político contemporâneo brasileiro exige, portanto, abandonar interpretações que tratam a religião como mero resquício pré-moderno ou elemento periférico da vida pública, reconhecendo-a como uma dimensão ativa na produção de sentidos, pertencimentos e disputas políticas.

Nesse contexto, embora o Estado brasileiro seja formalmente laico, como prevê a Constituição de 1988, a secularização no país ocorreu de maneira parcial e desigual, fato percebido também em outros países. Diferentemente de certas experiências europeias, a modernização brasileira não produziu uma separação rígida entre religião e esfera pública. Ao contrário, referências religiosas continuaram atravessando práticas sociais, discursos políticos e formas de organização coletiva.

A própria formação histórica brasileira contribui para compreender esse processo. O catolicismo exerceu, durante séculos, papel central na constituição simbólica da sociedade

brasileira, influenciando valores morais, práticas culturais e instituições políticas. Mesmo após a separação formal entre Igreja e Estado na República, a religião continuou ocupando posição relevante na vida pública.

Nas últimas décadas, entretanto, o cenário religioso brasileiro tornou-se mais plural. O crescimento acelerado das igrejas pentecostais e neopentecostais transformou profundamente o campo religioso nacional. O pentecostalismo expandiu-se especialmente entre setores populares urbanos, ao oferecer redes de pertencimento, solidariedade e reorganização moral da vida cotidiana.

Essa pluralização religiosa alterou também a dinâmica política brasileira. Como destaca Burity (1997), os grupos religiosos passaram a disputar visibilidade pública, reconhecimento institucional e influência política de maneira cada vez mais intensa. A religião deixa de ocupar apenas o espaço privado da crença individual para tornar-se elemento ativo das disputas culturais e eleitorais contemporâneas.

No caso pentecostal, a expansão religiosa esteve acompanhada de crescente inserção midiática e política. Igrejas passaram a controlar emissoras de rádio e televisão, investir em candidaturas próprias e construir redes de mobilização eleitoral. Paralelamente, movimentos como a Renovação Carismática Católica[5] aproximaram parte do catolicismo de formas mais emocionais e moralizadas de atuação pública, e contribuíram para a formação de convergências conservadoras entre diferentes segmentos cristãos.

A secularização limitada brasileira manifesta-se, não apenas na permanência da religião na esfera pública, mas na própria reorganização política das identidades religiosas. Questões relacionadas à sexualidade, família, gênero e direitos reprodutivos, a chamada pauta de

[5] Exemplos de comunidades carismáticas são a Canção Nova, a Toca de Assis, a Comunidade Católica Shalom e a Comunidade Colo de Deus, as quais disseminam pautas de costumes conservadoras e tradicionais (Carranza; Mariz; Camurça, 2009), geralmente antipetistas, anticomunistas e antiprogressistas. Embora a literatura recente identifique uma aproximação significativa entre setores do catolicismo carismático e o bolsonarismo, as evidências disponíveis não permitem afirmar que a RCC constitua um eleitorado homogêneo de Jair Bolsonaro. Os estudos enfatizam sobretudo a atuação de lideranças, comunidades e redes de comunicação vinculadas ao campo carismático e neoconservador. Nesse sentido, pesquisas apontam a inserção de figuras como Mons. Jonas Abib, fundador da Canção Nova, e Emmir Nogueira, cofundadora da Comunidade Shalom, na mobilização política de católicos em torno de pautas morais conservadoras e em apoio a candidaturas alinhadas à direita.

costumes[6], passaram a ser fortemente atravessadas por discursos religiosos, e produziram novas formas de moralização do debate público.

3 Pentecostalismo e catolicismo carismático no Brasil contemporâneo

Esta seção examina a expansão e a atuação pública do pentecostalismo e da Renovação Carismática Católica no Brasil contemporâneo, destacando suas formas de organização, seus repertórios morais e sua crescente incidência sobre o campo político. Parte-se da compreensão de que tais expressões religiosas não operam apenas no plano da experiência espiritual individual, mas também como forças coletivas capazes de produzir identidades, orientar comportamentos eleitorais e disputar sentidos públicos sobre família, moralidade, autoridade e ordem social.

Assim, antes de abordar especificamente o crescimento pentecostal e a reorganização católica carismática, torna-se necessário situar essas tradições no interior das transformações religiosas, sociais e políticas que marcaram o Brasil nas últimas décadas.

3.1 Pentecostalismo: origens, expansão e engajamento político

O pentecostalismo tem suas origens no início do século XX, nos Estados Unidos. Seu marco principal foi o chamado Avivamento da Rua Azusa, que ocorreu em Los Angeles entre 1906 e 1909 e foi liderado pelo pastor negro William Joseph Seymour, filho de ex-escravizados. Esse movimento ficou conhecido pelas reuniões marcadas por intensa emoção religiosa, experiências místicas e manifestações extraordinárias, como curas, profecias e a glossolalia — o "falar em línguas" — compreendida pelos fiéis como evidência do batismo no Espírito Santo (Campos, 2005).

A experiência da Rua Azusa ocorreu em um contexto social marcado por segregação racial, urbanização acelerada e profundas desigualdades sociais nos Estados Unidos. Nesse

[6] A expressão "pauta de costumes" (ou, "agenda de costumes") é problemática porque funciona como um rótulo que minimiza conflitos que, na verdade, envolvem direitos fundamentais, relações de poder, gênero, sexualidade, família, religião e democracia. A autora ressalta que essa agenda não é meramente moral ou secundária, mas um espaço de disputas, que vão definir quem pode/deve definir as normas sociais e jurídicas que impactam no controle sobre os corpos, sexualidade e reprodução, afetando sobretudo as mulheres (Biroli; Vaggione; Machado, 2020).

cenário, o pentecostalismo apresentou-se como uma experiência religiosa fortemente acessível às camadas populares e aos grupos marginalizados. Diferentemente das igrejas protestantes tradicionais ou históricas, como a luterana, a presbiteriana, a metodista, a anglicana e a batista, frequentemente associadas a formas mais racionalizadas de culto e maior valorização da doutrina formal, o novo movimento enfatizava a experiência espiritual direta e emocional.

A glossolalia tornou-se um dos principais elementos distintivos do pentecostalismo. Inspirada no relato bíblico de Atos dos Apóstolos, especialmente no episódio do Pentecostes, a prática do "falar em línguas" simbolizava, para os fiéis, a presença ativa do Espírito Santo na vida cotidiana. O pentecostalismo retomava, assim, a expectativa de uma experiência religiosa viva e imediata, marcada pela intervenção sobrenatural no mundo. Além da glossolalia, outros dons espirituais passaram a ocupar lugar central na experiência pentecostal, como curas divinas, revelações e profecias (Campos, 2005).

Para além de sua dimensão estritamente religiosa, a glossolalia pode ser interpretada como um importante mecanismo de produção de identidade coletiva. Ao simbolizar a presença do Espírito Santo e distinguir aqueles que compartilham da experiência do "batismo espiritual", ela contribui para a formação de uma comunidade marcada por códigos simbólicos próprios. Nesse sentido, assim como o "falar em línguas" constitui uma linguagem compartilhada entre os fiéis, o pentecostalismo também produz formas específicas de interpretar a realidade social. Categorias como família, pecado, salvação, autoridade, batalha espiritual e moralidade passam a organizar a percepção do mundo e dos acontecimentos cotidianos. A experiência pentecostal não se limita, portanto, à esfera da crença, mas fornece aos indivíduos esquemas de interpretação que influenciam suas práticas sociais e, posteriormente, suas formas de participação na esfera pública e política.

A partir do Avivamento da Rua Azusa, o pentecostalismo difundiu-se rapidamente por diferentes países. Missionários ligados ao movimento passaram a circular internacionalmente, levando suas práticas e doutrinas para a América Latina, África e Europa. No Brasil, o pentecostalismo chegou ainda nas primeiras décadas do século XX, por meio de missionários estrangeiros que fundaram igrejas que se tornaram centrais no campo evangélico brasileiro (Freston, 1994).

A primeira onda pentecostal no Brasil iniciou-se em 1910, com a chegada da Congregação Cristã no Brasil, fundada pelo italiano Luigi Francescon em São Paulo. No ano

seguinte, em 1911, os missionários suecos Daniel Berg e Gunnar Vingren fundaram, em Belém do Pará, a Assembleia de Deus, denominação que posteriormente se tornaria a maior igreja pentecostal do país. Essas primeiras igrejas pentecostais desenvolveram-se inicialmente entre trabalhadores pobres, migrantes e populações urbanas periféricas, expandindo-se sobretudo nas regiões Norte e Nordeste (Freston, 1994).

Durante grande parte do século XX, o pentecostalismo ocupou posição marginal no campo religioso brasileiro. Seus adeptos eram frequentemente vistos com desconfiança tanto pela Igreja Católica quanto pelos protestantes históricos. A forte emocionalidade dos cultos, as manifestações espirituais e os rígidos códigos morais contribuíram para a construção de uma identidade religiosa bastante diferenciada. Ainda assim, o movimento cresceu de forma contínua, especialmente entre setores populares urbanos.

É possível identificar na expansão pentecostal o resultado de profundas transformações sociais vividas pelo Brasil ao longo do século XX. O intenso processo de urbanização, as migrações internas, o crescimento das periferias urbanas e a precarização das condições de vida criaram condições favoráveis para a expansão das igrejas pentecostais. Em bairros marcados pela ausência do Estado e pela fragilidade de redes tradicionais de sociabilidade, essas igrejas passaram a oferecer espaços de acolhimento, pertencimento comunitário e reorganização moral da vida cotidiana. Como observa Freston (1994), o crescimento pentecostal acompanhou a própria formação das periferias urbanas brasileiras, encontrando nesses territórios um ambiente propício para sua consolidação.

A literatura costuma dividir a trajetória do pentecostalismo brasileiro em três grandes ondas (Freston, 1994). A primeira corresponde à implantação inicial do movimento, representada pela Congregação Cristã no Brasil e pela Assembleia de Deus. A segunda, iniciada na década de 1950, foi marcada pela expansão de igrejas como a Igreja do Evangelho Quadrangular, O Brasil para Cristo e Deus é Amor, caracterizadas pela ênfase na cura divina, no evangelismo de massa e no uso crescente dos meios de comunicação. Já a terceira onda corresponde ao chamado neopentecostalismo, surgido a partir da década de 1970.

A partir das décadas de 1970 e 1980, o pentecostalismo brasileiro passou por importantes transformações. Surgiu então o chamado neopentecostalismo, representado por igrejas como a Igreja Universal do Reino de Deus, fundada por Edir Macedo em 1977. Diferentemente das primeiras igrejas pentecostais, o neopentecostalismo ampliou fortemente

sua presença nos meios de comunicação de massa, flexibilizou antigos códigos comportamentais e desenvolveu novas teologias, especialmente a chamada Teologia da Prosperidade (Mariano, 1996). Além disso, intensificou sua participação na política institucional, ampliando a presença evangélica nos cargos eletivos em todo o território nacional, notadamente no Congresso Nacional.

Ao longo do tempo, portanto, o pentecostalismo deixou de ocupar posição periférica no campo religioso brasileiro para tornar-se um dos principais atores sociais e políticos do país. Seu crescimento numérico, sua capacidade de mobilização e sua forte inserção nas periferias urbanas transformaram profundamente a configuração religiosa brasileira e contribuíram para redefinir as relações entre religião, moralidade e política na esfera pública contemporânea.

Durante grande parte de sua existência, o pentecostalismo brasileiro manteve uma postura relativamente distante da política institucional. As primeiras denominações pentecostais tinham em seu corpo doutrinário a noção da política como um espaço "mundano", associado à corrupção, priorizando uma ética de separação entre a vida religiosa e os assuntos políticos.

Como observa Etiane Bovkalovski de Souza (2010), até a década de 1970 a atuação política pentecostal era relativamente tímida e restringia-se sobretudo a interesses internos das próprias igrejas. A autora menciona reivindicações como a instituição do Dia da Bíblia, homenagens a líderes religiosos e pedidos de verbas para construção de templos. Ainda predominava uma visão segundo a qual a política era percebida como espaço profano, associado à corrupção moral e ao afastamento espiritual.

Entretanto, esse cenário começou a se transformar progressivamente a partir das décadas de 1970 e 1980, em um contexto marcado pela redemocratização brasileira, pela expansão numérica do pentecostalismo e pela crescente pluralização do campo religioso nacional. O avanço das igrejas pentecostais produziu também maior consciência de seu peso social e eleitoral, tornando os grupos evangélicos atores cada vez mais relevantes na arena pública e no processo político-eleitoral brasileiro. Nesse sentido, passa a se consolidar a percepção de que a presença e a consideração desses grupos nas estratégias discursivas e eleitorais tornam-se elementos importantes para o desempenho político dos partidos e candidatos.

3.2 Catolicismo Carismático: renovação e convergências com pentecostais

A Renovação Carismática Católica (RCC), que *a priori* fora intitulada Movimento Pentecostal Católico (ISER, 1977) teve sua origem numa universidade norte-americana, quando sacerdotes e universitários católicos se reuniam para orar e pedir os dons do Espírito Santo. Seu marco fundador costuma ser localizado em 1967, durante um retiro espiritual realizado por estudantes e professores da Universidade de Duquesne, em Pittsburgh, no estado da Pensilvânia. Inspirados por experiências pentecostais protestantes, os participantes relataram vivências espirituais associadas ao "batismo no Espírito Santo", inclusive manifestações como glossolalia, êxtase religioso, curas e intensa emocionalidade litúrgica.

A RCC emerge, portanto, em meio ao ambiente pós-Concílio Vaticano II (1962–1965), período em que a Igreja Católica buscava redefinir sua relação com o mundo moderno. O Concílio havia promovido importantes reformas litúrgicas, pastorais e institucionais, incentivando maior aproximação entre Igreja e sociedade contemporânea. Entretanto, paralelamente à abertura promovida pelo Vaticano II, o catolicismo enfrentava desafios significativos, como a secularização crescente, a perda de fiéis e o avanço de movimentos protestantes e transformações culturais ligadas à juventude, sexualidade e costumes.

Segundo as diretrizes do Conselho Nacional da RCC, nesses encontros *"*o fiel cristão esclarece que ele não foge do mundo, porém se insere na realidade do mundo para renová-la e iluminá-la através de sua pessoa renovada e iluminada no poder do Espírito Santo. Assim, o cristão se prepara para sua vida familiar, profissional, social e eclesial*"* (Conselho Nacional, 1995, p. 83).

Nesse contexto, a Renovação Carismática apresentou-se como uma forma de revitalização espiritual do catolicismo. Inspirando-se em práticas já difundidas entre pentecostais protestantes, o movimento passou a enfatizar experiências emocionais de fé, dons espirituais, curas, centralidade do Espírito Santo.

Segundo Brenda Carranza (1998), a RCC apresentou diferenças com o pentecostalismo, como estar formalmente inserida na estrutura da Igreja Católica, a concepção de autoridade, submissão e de pertença. Assim, amparado pela legitimação papal e marcado pela valorização da leitura bíblica, do zelo missionário, dos dons espirituais e das experiências carismáticas (como a glossolalia e o culto ao Espírito Santo), além da permanência de elementos tradicionais

do catolicismo, como a devoção à Virgem Maria e a centralidade da oração, o pentecostalismo católico expandiu-se progressivamente pelos cinco continentes.

A Renovação Carismática Católica é apontada, por parte dos seus seguidores e por outros analistas, como uma estratégia de fortalecimento da identidade católica e manutenção da hegemonia mundial frente ao avanço do pentecostalismo protestante (Machado, 1994).

3.3 Convergência moral e política

Apesar das diferenças históricas, doutrinárias e institucionais entre pentecostais e católicos carismáticos, é possível perceber a existência de importantes convergências morais e políticas entre esses grupos, especialmente no que se refere às disputas em torno da família, da sexualidade e dos costumes. Ao longo das últimas décadas, ambos os segmentos passaram a compartilhar repertórios discursivos semelhantes, articulando a defesa da "família tradicional", a oposição ao aborto, às pautas LGBTQIA+ e às discussões de gênero nas escolas como elementos centrais de sua atuação pública.

Maria das Dores Campos Machado (1994) argumenta que, embora existam diferenças internas entre esses grupos, ambos passam a atribuir centralidade crescente a temas como família, sexualidade e moralidade, interpretando transformações sociais nesse campo como elementos de tensão com valores cristãos. Nesse contexto, a participação política tende a ser compreendida não apenas como atuação institucional, mas também como uma forma de defesa e afirmação de princípios morais no espaço público.

A força dessa convergência não decorre apenas de orientações institucionais das igrejas, mas também da existência de gramáticas morais compartilhadas. Assim como a glossolalia constitui uma linguagem religiosa que distingue os iniciados dos não iniciados, determinadas categorias morais e políticas circulam nesses grupos como formas legítimas de interpretar a realidade social. Família, pecado, autoridade, corrupção e ordem social deixam de ser apenas conceitos religiosos e passam a operar como categorias políticas, estruturando percepções sobre partidos, candidatos e projetos de sociedade.

Essa convergência também se expressa na formação de redes políticas e midiáticas religiosas. Igrejas, programas televisivos, rádios, lideranças religiosas e grupos digitais passaram a atuar como espaços de circulação de discursos moralizantes e de construção de

identidades políticas conservadoras. Nesse sentido, as *lives* realizadas regularmente pelo pastor evangélico (neo)pentecostal Silas Malafaia e pelo sacerdote católico carismático Frei Gilson constituem exemplos relevantes do contraste entre o conteúdo e a forma, haja vista a coexistência aparentemente contraditória entre a defesa de valores e de costumes considerados conservadores e/ou tradicionais, ao mesmo tempo que mobilizam linguagens modernas e meios tecnológicos contemporâneos por meio das plataformas sociais. Assim, questões anteriormente tratadas como temas privados ou religiosos passaram, então, a ser enquadradas como disputas públicas centrais, o que resultou em uma intensa moralização da política brasileira.

No caso das eleições presidenciais de 2018 e de 2022, essa aproximação moral entre pentecostais e carismáticos mostrou-se particularmente relevante. A associação do Partido dos Trabalhadores (PT) a pautas como "ideologia de gênero", aborto e ameaça à família foi amplamente difundida nesses circuitos religiosos, por meios, por exemplo, de grupos no WhatsApp e perfis religiosos difusos nas redes sociais, o que catalisou os sentimentos antipetistas e favoreceu a adesão de parcelas significativas desses grupos a candidaturas de extrema direita. Assim, mais do que simples afinidades religiosas, observa-se a constituição de uma coalizão moral conservadora, capaz de produzir alinhamentos políticos relativamente estáveis na arena pública brasileira.

4 Religião, antipetismo, plataformização e a reconfiguração das direitas no Brasil contemporâneo

O visível crescimento da influência política de grupos religiosos cristãos, no Brasil, ocorreu paralelamente a importantes transformações do campo político nacional. Nas últimas décadas, especialmente a partir dos anos 2000, observou-se o recrudescimento e a reorganização de setores conservadores, os quais passaram a disputar de forma mais intensa os espaços institucionais, midiáticos, econômicos e culturais.

Com efeito, todo esse processo ganhou maior visibilidade após as manifestações (jornadas) de junho de 2013, com seu ápice nas eleições presidenciais de 2018, quando diferentes correntes direitistas, compostas por conservadores e reacionários, convergiram em torno da candidatura de Jair Bolsonaro, dinâmica identificada por Avritzer, Kerche e Marona (2021), Avritzer, Bragatto e Santana (2023) e Avriter (2020).

A compreensão desse fenômeno exige analisar não apenas as transformações eleitorais ocorridas no período, mas também a formação de novas identidades políticas, a expansão das plataformas digitais, isto é, como espaços de mobilização, bem como a crescente articulação entre valores religiosos, pautas morais e posicionamentos ideológicos.

Nesse contexto, a religião e a política passaram a se entrelaçar de forma cada vez mais intensa, combinação que consolidou diversas novas formas de engajamento público, de pertencimento político e de comunicação social no Brasil contemporâneo.

4.1 A ascensão das novas direitas: as extremas direitas no Brasil

A ascensão das novas direitas[7] brasileiras constitui um dos fenômenos políticos mais relevantes das primeiras décadas do século XXI. Embora grupos conservadores sempre tenham ocupado posições importantes na sociedade brasileira, a partir dos anos 2000 emergiram novos atores políticos que passaram a disputar ativamente a esfera pública, a partir de articulações de pautas econômicas liberais, de valores morais conservadores e de críticas às instituições políticas tradicionais.

Esse processo foi impulsionado por múltiplos fatores, inclusive a insatisfação com a representação política, os efeitos das crises econômicas, a ampliação do acesso às redes digitais e a crescente polarização político-ideológica. Diferentemente das direitas tradicionais, frequentemente associadas a partidos consolidados e a elites políticas estabelecidas, as chamadas novas direitas passaram a mobilizar repertórios discursivos voltados para o combate à corrupção, à crítica ao chamado "politicamente correto" e a defesa de valores considerados universais-tradicionais.

[7] Neste trabalho, o termo nova direita refere-se ao conjunto heterogêneo de movimentos, organizações, intelectuais, influenciadores e lideranças políticas que ganharam visibilidade no Brasil sobretudo a partir dos anos 2000 e, de forma mais intensa, após as manifestações de 2013. Diferentemente da direita tradicional associada aos partidos conservadores estabelecidos, a nova direita caracteriza-se pela combinação de pautas econômicas liberais, críticas ao Estado, combate à corrupção, conservadorismo moral e forte utilização das plataformas digitais como instrumento de mobilização política (Portugal, 2024). Trata-se de uma categoria analítica ampla, que engloba atores com diferentes orientações ideológicas e graus variados de radicalização.

Paralelamente, grupos identificados com posições de extrema direita[8] também ganharam maior visibilidade pública. Embora apresentem diferenças internas significativas, esses segmentos compartilham, em geral, forte rejeição à esquerda, desconfiança em relação às instituições políticas tradicionais e discursos voltados para a defesa da ordem, da autoridade e do nacionalismo. Em muitos casos, esses grupos encontraram nas chamadas "pautas morais e religiosas" importantes mecanismos de mobilização sociopolítica.

Nesse ambiente, as lideranças religiosas, os influenciadores digitais, os movimentos conservadores e as organizações da sociedade civil passaram a atuar de forma articulada na construção de narrativas políticas capazes de alcançar amplos setores da população. A religião, nesse processo, deixou de ser apenas uma dimensão da vida privada para converter-se em importante recurso simbólico nas disputas políticas contemporâneas.

4.2 Plataformização social e mudanças sociopolíticas

As transformações políticas observadas nas primeiras décadas do século XXI ocorreram paralelamente à expansão das plataformas sociais e à crescente digitalização das relações sociais. Nesse contexto, processos de comunicação, interação e circulação de informações passaram a ser mediados por infraestruturas digitais capazes de conectar milhões de indivíduos em tempo real. Como observa o espanhol Manuel Castells (2018), a emergência da sociedade em rede alterou profundamente as formas de produção de sentido, participação política e mobilização coletiva, tornando os ambientes digitais espaços centrais das disputas contemporâneas.

Mais do que simples ferramentas tecnológicas, as plataformas sociais constituem infraestruturas sociotécnicas que organizam e mediam interações entre indivíduos, grupos, organizações e instituições. Segundo Van Dijck, Poell e De Waal (2018), plataformas como Facebook, YouTube, Instagram, TikTok e WhatsApp devem ser compreendidas como

[8] Geralmente, a expressão extrema direita é utilizada para designar grupos, movimentos ou lideranças que defendem posições marcadas por forte rejeição ao igualitarismo político e social, nacionalismo exacerbado, autoritarismo, intolerância a grupos percebidos como adversários e questionamentos às instituições democráticas liberais (Portugal, 2024). Embora exista amplo debate conceitual na literatura especializada, este trabalho adota o termo para identificar correntes políticas situadas à direita do conservadorismo convencional e que frequentemente mobilizam discursos de ordem, autoridade, moralidade e antagonismo contra inimigos políticos ou culturais.

arquiteturas sociodigitais que estruturam a circulação de informações, a visibilidade dos conteúdos e as formas de sociabilidade contemporâneas. Nesse sentido, elas não apenas conectam usuários, mas influenciam ativamente os processos de formação da opinião pública, de construção de identidades coletivas e de participação política.

Essa perspectiva aproxima-se da noção de plataformização desenvolvida por Van Dijck, Poell e De Waal (2018), segundo a qual lógicas econômicas, técnicas e normativas das plataformas passam a reorganizar diferentes esferas da vida social. Assim, comunicação, entretenimento, consumo, educação, religião e política tornam-se progressivamente dependentes de infraestruturas digitais operadas por grandes corporações tecnológicas.

No mesmo sentido, Letícia Cesarino (2022) argumenta que a análise dos fenômenos políticos contemporâneos exige a superação de premissas individualistas, focadas meramente em conteúdos e em lideranças; torna-se imperativo o deslocamento analítico voltado às infraestruturas sociais, as quais tornam determinadas formas de ações políticas mais prováveis, em outras palavras, é imprescindível estudar as tendências sociais resultantes da interação com os algoritmos, com as plataformas e com as chamadas inteligências artificiais.

Em vez de compreender as plataformas digitais apenas como canais de transmissão de mensagens, Cesarino (2022) propõe analisá-las como ambientes sociotécnicos, nos quais usuários, algoritmos, afetos e sistemas de recomendação convergem em processos circulares de produção de sentido e mobilização política, ou seja, em uma plataforma social ampla. Nessa perspectiva, fenômenos como polarização, radicalização e populismo digital não constituem simples desvios da comunicação democrática, mas dinâmicas favorecidas, por vezes convenientemente, pelas características estruturais dos ecossistemas digitais, isto é, os algoritmos não são produtos meramente técnicos, como também não são neutros.

Logo, as plataformas sociais tornam-se particularmente relevantes, porque operam como infraestruturas frequentemente invisíveis aos próprios usuários, o que gera a ilusão de naturalidade. Para agravar a situação, sua capilaridade singular permite que as plataformas sociodigitais atravessem simultaneamente as relações pessoais, as práticas de consumo, a circulação de informações e, por conseguinte, a participação política, enquanto métricas, interfaces e sistemas de recomendação organizam formas específicas de visibilidade e reconhecimento social.

Portanto, diversos processos sociais como, por exemplo, a desinformação[9], a radicalização política e a disseminação de teorias conspiratórias não devem ser estreitamente compreendidos apenas como simples problemas de conteúdo, mas a partir de uma abordagem estrutural-sistêmica, de como as transformações infraestruturais associadas à plataformização da vida social modificam a vida das pessoas.

4.3 Antipetismo, plataformas sociais e bolsonarismo

Nessa reorganização das direitas brasileiras, houve novas formas de mobilização política, dentre as quais o antipetismo pode ser entendido como elemento ideológico aglutinador. Mais do que uma simples rejeição eleitoral ao Partido dos Trabalhadores (PT), esse fenômeno passou a estruturar identidades políticas, discursos morais e formas de engajamento coletivo, mesmo nas rotinas interindividuais mais banais.

Consoante argumenta Camila Rocha (2021), a reorganização das direitas brasileiras não pode ser compreendida apenas como continuidade do conservadorismo tradicional, mas como resultado da atuação de novos atores políticos, intelectuais, movimentos sociais e produtores de conteúdo que passaram a disputar ativamente a esfera pública. Segundo a autora, esse processo ganhou força sobretudo a partir dos anos 2000 e adquiriu maior visibilidade após as manifestações de junho de 2013.

Ademais, o antipetismo consolidou-se como um importante elemento de mobilização política. Com efeito, a rejeição ao Partido dos Trabalhadores (PT) passou a ocupar posição central na reorganização do campo político brasileiro, especialmente após as crises políticas e econômicas que marcaram a década de 2010; o antipetismo ultrapassou a dimensão estritamente eleitoral e tornou-se uma identidade política capaz de agregar diferentes segmentos sociais em torno de um adversário comum (Portugal, 2024).

Todavia, a consolidação do antipetismo não pode ser explicada exclusivamente pela insatisfação econômica, pelos escândalos de corrupção ou pela polarização partidária. Em diversos segmentos religiosos cristãos, particularmente entre evangélicos (neo)pentecostais e

[9] Desinformação é a construção e disseminação de uma mentira proposital. Pode até ter fatos reais envolvidos, mas são tirados de contexto ou misturados com mentiras para embasar a mensagem pretendida, sendo parte de uma agenda ou plano (Giusti; Piras, 2020).

católicos vinculados à Renovação Carismática Católica, a rejeição ao Partido dos Trabalhadores (PT) passou a ser progressivamente articulada por meio de enquadramentos morais e culturais. Nesse contexto, temas relacionados ao aborto, aos direitos reprodutivos, à sexualidade, às pautas LGBTQIA+, às discussões sobre gênero e à educação sexual passaram a ocupar posição central na construção de identidades políticas conservadoras.

A associação do Partido dos Trabalhadores (PT) a agendas consideradas incompatíveis com valores cristãos tradicionais contribuiu para transformar divergências político-partidárias em disputas morais mais amplas. Como discutido anteriormente, tanto setores (neo)pentecostais quanto carismáticos católicos passaram a atribuir crescente centralidade à defesa da família, da autoridade religiosa e da preservação de determinados referenciais morais na esfera pública. Assim, o antipetismo deixou de operar apenas como rejeição a um partido específico e passou a ser interpretado, por parcelas desses grupos, como forma de resistência a transformações culturais percebidas como ameaçadoras à ordem moral cristã. Esse processo favoreceu a aproximação entre diferentes segmentos religiosos e candidaturas identificadas com pautas conservadoras e de extrema direita.

A expansão das plataformas digitais contribuiu decisivamente para a consolidação desse cenário. Manuel Castells (2018) destaca que as transformações tecnológicas ocorridas nas últimas décadas alteraram profundamente os mecanismos de comunicação política, ao ampliar a capacidade de mobilização de grupos sociais e ao reduzir a dependência em relação aos meios tradicionais de comunicação. No caso brasileiro, Camila Rocha (2021) demonstra que redes sociais como Facebook, YouTube, Instagram e WhatsApp desempenharam papel fundamental na difusão das ideias da nova direita e na formação de comunidades políticas digitalmente conectadas.

Ainda em relação a autores nacionais, ao analisar a relação entre tecnologia e política no Brasil contemporâneo, Letícia Cesarino (2022) argumenta que os ambientes digitais favoreceram a circulação de narrativas fortemente polarizadas, estruturadas por mecanismos de engajamento emocional e identificação grupal. Esse processo permitiu que discursos políticos, religiosos e morais passassem a circular de forma integrada, ampliando sua capacidade de mobilização social.

Essa observação torna-se particularmente relevante para compreender a relação entre religião e antipetismo. As plataformas digitais permitiram que lideranças religiosas,

influenciadores cristãos, parlamentares ligados às igrejas e comunidades de fiéis compartilhassem conteúdos que combinavam argumentos políticos, referências religiosas e preocupações morais. Em muitos casos, discursos sobre corrupção, ameaça à família, perseguição religiosa, decadência moral e crise de valores passaram a circular conjuntamente, fortalecendo processos de identificação coletiva entre conservadorismo religioso e rejeição ao Partido dos Trabalhadores (PT).

Entre os evangélicos (neo)pentecostais, essa dinâmica encontrou terreno especialmente favorável devido à capilaridade das igrejas, à intensa utilização dos meios de comunicação e à existência de redes comunitárias fortemente estruturadas. Por sua vez, setores da Renovação Carismática Católica também passaram a compartilhar preocupações semelhantes em torno da defesa da família tradicional, da oposição ao aborto e das críticas às pautas de gênero. Embora existam diferenças teológicas e institucionais entre essas tradições religiosas, a convergência em torno de determinadas agendas morais favoreceu a constituição de uma ampla coalizão conservadora que ultrapassou fronteiras confessionais.

Nesse ambiente comunicacional, o antipetismo deixou de operar apenas como posicionamento eleitoral para assumir também dimensões simbólicas, morais e afetivas. A circulação permanente desses conteúdos em redes sociais e aplicativos de mensagens favoreceu a formação de comunidades políticas e religiosas altamente conectadas, nas quais identidades de fé e posicionamentos políticos passaram a reforçar-se mutuamente. Tal dinâmica contribuiu para consolidar alinhamentos relativamente estáveis entre parcelas do eleitorado religioso e projetos políticos identificados com a direita e a extrema direita.

Para João Cezar de Castro Rocha (2022), o bolsonarismo representa a consolidação política desse processo de reorganização das direitas brasileiras. O autor argumenta que o movimento reúne elementos diversos, inclusive antipetismo, conservadorismo religioso-moral, nacionalismo, crítica às instituições políticas tradicionais e intenso uso das plataformas digitais. Em perspectiva semelhante, o holandês Cas Mudde (2022) interpreta fenômenos dessa natureza como expressões contemporâneas da extrema direita, caracterizadas pela combinação entre autoritarismo, populismo e nativismo.

Nesse contexto, as eleições presidenciais de 2018 representam um marco na história política recente do Brasil. Mais do que uma alternância de poder entre partidos, o pleito

expressou transformações profundas nas formas de mobilização política, nos repertórios discursivos e nas identidades ideológicas que foram construídas ao longo da década anterior.

Conforme observa Avritzer (2020; 2021; 2023), a eleição de Jair Messias Bolsonaro, um político de extrema direita, ocorreu em um contexto marcado pela crise de representação política, pela polarização ideológica e pelo enfraquecimento da confiança em instituições tradicionais.

A trajetória eleitoral que conduziu Bolsonaro à Presidência da República foi favorecida por uma série de fatores políticos e sociais, como os impactos das Jornadas de Junho de 2013, a Operação Lava Jato, o impeachment de Dilma Rousseff em 2016 e a prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2018.

As plataformas digitais desempenharam papel central nesse processo. De acordo com Camila Rocha (2021), a campanha bolsonarista utilizou intensamente redes sociais e aplicativos de mensagens para estabelecer canais diretos de comunicação com os eleitores, reduzindo a dependência dos meios tradicionais de comunicação. O WhatsApp, em particular, tornou-se um importante instrumento de circulação de conteúdos políticos, ampliando o alcance de mensagens que articulavam conservadorismo moral, nacionalismo e antipetismo.

Ao analisar esse fenômeno, Letícia Cesarino (2022) destaca que as redes digitais favoreceram a formação de comunidades políticas baseadas em fortes vínculos identitários e afetivos. Nesses ambientes, informações, opiniões e valores circulavam de maneira acelerada, frequentemente reforçando percepções compartilhadas sobre ameaças morais, corrupção e crise institucional. A comunicação política passava, assim, a operar não apenas por meio da persuasão racional, mas também pela mobilização de emoções, crenças e sentimentos de pertencimento.

Nesse sentido, a relação entre religião e política no Brasil contemporâneo não pode ser compreendida apenas a partir da atuação institucional das igrejas. As identidades religiosas passaram a interagir de forma crescente com disputas morais, narrativas antipetistas e formas digitais de mobilização política. O apoio recebido por Jair Messias Bolsonaro entre parcelas expressivas dos evangélicos (neo)pentecostais[10] e dos católicos carismáticos não decorreu exclusivamente da pertença religiosa, mas da convergência entre valores morais, discursos de

[10] Em 2018, pesquisas Datafolha, no segundo turno, mostravam Bolsonaro com cerca de 69% dos votos válidos entre evangélicos. Já em 2022, foram cerca de 65% (Datafolha 2022; Evangélicos, 2018).

ameaça cultural, redes de sociabilidade religiosa e estratégias de comunicação digital. Nesse contexto, religião, conservadorismo moral e comportamento eleitoral constituem dimensões profundamente articuladas da reorganização das direitas brasileiras e da consolidação do bolsonarismo.

Embora as eleições presidenciais de 2026 apresentem um contexto distinto daquele observado em 2018, diversos elementos estruturais que contribuíram para a ascensão do bolsonarismo parecem permanecer ativos na sociedade brasileira. Entre eles, destacam-se 1) o antipetismo, o qual continua a desempenhar papel relevante na organização de identidades políticas; 2) as lideranças evangélicas (neo)pentecostais e católicas carismáticas, que seguem ocupando espaços estratégicos na esfera pública e nas plataformas digitais; 3) os temas relacionados à chamada pauta moral, que amalgama temáticas sensíveis ao eleitorado religioso conservador-tradicional, isto é, que versam sobre a família, a sexualidade, a educação e os costumes; 4) as narrativas sobre eventuais crises morais, ameaças culturais e defesa dos valores sociais cristãos.

Nesse cenário, a persistência das conexões entre a religião, o conservadorismo moral, o antipetismo e a comunicação digital sugere que as formas de mobilização política analisadas neste artigo não constituem um fenômeno restrito às eleições de 2018 e/ou de 2022, mas integram uma dinâmica mais ampla e duradoura da política brasileira contemporânea, o que se percebe em 2026.

5 Religião, plataformas sociais e comportamento político: a eleição presidencial de 2026

No caso brasileiro, essa dinâmica tornou-se particularmente visível nas disputas em torno das chamadas pautas morais. Temas relacionados ao aborto, aos direitos reprodutivos, à educação sexual, ao casamento entre pessoas do mesmo sexo e às discussões de gênero passaram a ocupar posição central nos debates públicos. As plataformas digitais ampliaram significativamente esse processo.

Igrejas, lideranças religiosas, influenciadores cristãos e grupos de militância conservadora passaram a utilizar redes sociais e aplicativos de mensagens para difundir conteúdos que articulavam religião, moralidade e política. Segundo Letícia Cesarino (2022), esses ambientes digitais favoreceram a formação de comunidades identitárias nas quais crenças

religiosas e posicionamentos políticos passaram a reforçar-se mutuamente, e contribuíram para a consolidação de novas formas de engajamento político.

A adesão significativa de setores evangélicos (neo)pentecostais e católicos carismáticos[11] à candidatura de Jair Bolsonaro em 2018, em 2022 e atualmente em 2026 deve ser compreendida à luz desse conjunto de transformações. O apoio a candidaturas conservadoras não decorre exclusivamente da pertença religiosa, mas da articulação entre identidades religiosas, valores morais, discursos antipetistas, redes de sociabilidade e mecanismos contemporâneos de comunicação política.

As evidências empíricas mais recentes indicam que a dimensão religiosa permanece relevante para compreender o comportamento eleitoral brasileiro. O levantamento Genial/Quaest divulgado em 2026 identificou diferenças significativas entre eleitores evangélicos e católicos nas intenções de voto para a Presidência da República. Enquanto Luiz Inácio Lula da Silva apresentou desempenho mais favorável entre católicos, candidatos associados ao campo político bolsonarista obtiveram melhores resultados entre evangélicos, evidenciando a persistência de clivagens religiosas na estruturação das preferências eleitorais (Carta Capital, 2026). Esses dados sugerem que as identidades religiosas continuam funcionando como importantes mediadoras da percepção política e da formação de alinhamentos eleitorais no Brasil contemporâneo.

Contudo, o contexto recente demanda cautela diante de interpretações simplistas, as quais tratem o eleitorado evangélico como um suposto bloco homogêneo e automaticamente subordinado às orientações de lideranças religiosas. Em debate promovido pela Fundação Fernando Henrique Cardoso (FHC), foi constatado que o voto evangélico apresenta crescente

[11] Uma insuficiência metodológica normalmente identificada nas pesquisas de intenção de voto segmentadas por religião do eleitor é a indevida homogeneização de grupos religiosos amplos. No caso católico, as vertentes são condensadas na nomenclatura "católicos". Por outro lado, os evangélicos e protestantes são amalgamados em "evangélicos" (IBGE, 2025). Especificamente sobre a RCC, um outro limite importante está na escassez de produção acadêmica devido exatamente a essa ausência de dados quantitativos específicos sobre os integrantes da RCC enquanto categoria analítica em pesquisas de opinião ou *surveys* eleitorais. Como consequência, embora haja evidências de que Bolsonaro tenha recebido apoio expressivo entre os católicos em 2018 e de que posições morais conservadoras tenham aumentado a probabilidade de voto no então candidato, os estudos não isolam sistematicamente os participantes da RCC para mensurar padrões eleitorais próprios. Predominam, desse modo, investigações centradas em lideranças religiosas, parlamentares identificados com o catolicismo carismático (por exemplo, o deputado Diego Garcia do União Brasil-PR) ou comunidades específicas, como as já citadas Canção Nova e Shalom. Assim, a literatura disponível permite sustentar a existência de uma forte articulação entre setores do catolicismo carismático/neoconservador e o bolsonarismo, mas não permite concluir que a RCC, enquanto grupo, apoiou ou tem apoiado o bolsonarismo.

diversidade interna e não pode ser explicado exclusivamente pela identidade religiosa (Dias, 2026).

Com efeito, outros fatores influenciam a escolha política, por exemplo, a classe social, o gênero, a geração, a inserção territorial, a experiência religiosa e a avaliação dos governos (Moura; Trevisan, 2024). Ainda assim, faz-se necessário reconhecer que os temas morais conservadores, os valores familiares ditos tradicionais e as redes de sociabilidade religiosas (especialmente as plataformizadas) continuam exercendo papel importante na construção das preferências políticas de parcelas expressivas desse segmento.

Ressalte-se que a relevância política da religião no cenário eleitoral brasileiro não tem sido percebida apenas por atores conservadores, visto que o maior representante institucional progressista, o Partido dos Trabalhadores (PT), aumentou suas iniciativas voltadas ao diálogo com os segmentos religiosos, notadamente com o eleitorado evangélico (neo)pentecostal antipetista.

Em 2026, o Núcleo Nacional de Evangélicos do PT divulgou a carta pública intitulada "Acreditamos em um Brasil onde a política esteja a serviço da vida", documento com o qual buscam aproximar os valores cristãos aos princípios socio-humanitários como, por exemplo, a justiça social, o combate à fome, a defesa da democracia e a promoção da dignidade humana (Partido dos Trabalhadores, 2026). Essa iniciativa evidencia que a disputa política contemporânea não ocorre apenas em torno de programas estritamente econômicos ou partidários, mas também na disputa por interpretações legítimas dos valores religiosos presentes na sociedade brasileira (Araújo, 2022b). Nesse sentido, a carta sugere que diferentes atores políticos procuram mobilizar repertórios cristãos para construir legitimidade pública e estabelecer vínculos com grupos religiosos, reforçando a ideia de que a religião permanece como dimensão relevante das disputas eleitorais e culturais no Brasil contemporâneo.

Desse modo, a religião pode ser compreendida como um vetor político relevante para a análise do Brasil contemporâneo. Longe de constituir um elemento periférico da vida pública, ela participa ativamente da formação de identidades coletivas, da construção de percepções morais e da orientação de comportamentos eleitorais. A compreensão das transformações políticas recentes exige, portanto, considerar a maneira pela qual religião, moralidade e política passaram a se articular na sociedade brasileira, especialmente no contexto de ascensão do conservadorismo e da reorganização das direitas nas últimas décadas.

6 Considerações finais

Este artigo buscou analisar a religião como dimensão política no Brasil contemporâneo, especialmente no contexto de intensificação da plataformização da vida social e da reorganização das direitas brasileiras. Partiu-se da compreensão de que a religião não pode ser tratada como elemento periférico ou residual da política nacional, uma vez que ela participa ativamente da formação de identidades coletivas, da construção de repertórios morais e da orientação de comportamentos eleitorais.

Ao longo da análise, verificou-se que a secularização brasileira ocorreu de modo limitado e desigual. Embora o Estado brasileiro seja formalmente laico, a presença pública da religião permaneceu expressiva, especialmente em momentos de disputa moral, crise institucional e reorganização política. Nesse sentido, o crescimento do pentecostalismo e a atuação pública da Renovação Carismática Católica evidenciam que diferentes tradições religiosas passaram a ocupar espaços relevantes na sociedade civil, nos meios de comunicação, nas instituições políticas e, mais recentemente, nas plataformas digitais.

A expansão pentecostal revelou-se particularmente importante para compreender as transformações do campo religioso brasileiro. Sua capilaridade territorial, sua presença nas periferias urbanas, sua estrutura comunitária e sua capacidade de produzir pertencimento social contribuíram para que igrejas e lideranças religiosas se tornassem agentes relevantes na mediação entre religião, moralidade e política. De modo semelhante, a Renovação Carismática Católica, embora inserida em uma tradição institucional distinta, também passou a mobilizar linguagens morais, afetivas e identitárias que dialogam com o conservadorismo religioso contemporâneo.

Observou-se, ainda, que a aproximação entre segmentos pentecostais, católicos carismáticos e candidaturas de direita não decorre de uma relação automática entre religião e voto. Trata-se, antes, de um processo complexo, no qual pertencimentos religiosos, valores morais, redes de sociabilidade, discursos antipetistas e estratégias comunicacionais se articulam em contextos específicos. Assim, a religião atua como vetor político não porque determine de forma absoluta o comportamento eleitoral, mas porque oferece linguagens, símbolos, lideranças

e estruturas de mobilização capazes de influenciar percepções sobre ordem social, família, autoridade, corrupção e ameaça moral.

Nesse processo, a plataformização assumiu papel decisivo. As redes sociais e os aplicativos de mensagens ampliaram a circulação de discursos políticos e religiosos, ao permitirem que lideranças, influenciadores e grupos conservadores estabelecessem comunicação direta com públicos segmentados. A lógica algorítmica das plataformas favoreceu a formação de comunidades identitárias, a intensificação de afetos políticos e a circulação de narrativas simplificadas sobre crise, ameaça e salvação nacional. Dessa forma, religião e política passaram a se reorganizar em ambientes digitais marcados pela velocidade, pela personalização do conteúdo e pela mobilização emocional.

As eleições de 2018 constituem, nesse sentido, um marco importante. A consolidação do bolsonarismo ocorreu em meio à crise de representação, ao fortalecimento do antipetismo, aos efeitos políticos da Operação Lava Jato, ao impeachment de Dilma Rousseff e à prisão de Luiz Inácio Lula da Silva. Nesse cenário, discursos religiosos e morais foram mobilizados como instrumentos de legitimação política, articulando pautas conservadoras, defesa da família, combate à corrupção, rejeição à esquerda e promessa de restauração da ordem.

Contudo, a análise desenvolvida permite afirmar que o fenômeno não se limita à eleição de Jair Bolsonaro. O bolsonarismo expressa uma reorganização mais ampla das direitas brasileiras, na qual religião, moralidade, antipetismo e comunicação digital passaram a operar de maneira interdependente. A centralidade das chamadas pautas morais demonstra que disputas sobre aborto, gênero, sexualidade, família e educação tornaram-se campos privilegiados de mobilização política, especialmente entre segmentos religiosos conservadores.

Portanto, compreender a política brasileira contemporânea exige levar a religião a sério como dimensão constitutiva das disputas públicas. Isso não significa reduzir os sujeitos religiosos a blocos homogêneos nem afirmar que todos os evangélicos, pentecostais ou católicos carismáticos compartilhem a mesma orientação política. Ao contrário, significa reconhecer a pluralidade interna desses grupos, mas também identificar como determinadas lideranças, instituições e redes religiosas adquiriram protagonismo na construção de agendas conservadoras e na mobilização eleitoral das últimas décadas.

Conclui-se, assim, que a religião, no Brasil plataformizado contemporâneo, opera simultaneamente como linguagem moral, marcador identitário, estrutura de sociabilidade e

recurso de mobilização política. Sua influência deve ser compreendida em articulação com transformações sociais mais amplas, como a crise da democracia liberal, a ascensão das novas direitas, a expansão das plataformas digitais e a intensificação das disputas culturais. Nesse quadro, o estudo da relação entre religião e política permanece fundamental para interpretar não apenas o passado recente, mas também os desafios futuros da democracia brasileira.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Victor. Pentecostalismo e antipetismo nas eleições presidenciais brasileiras. **Latin American Research Review**, v. 57, n. 3, p. 517-535, 2022a. DOI: 10.1017/lar.2022.29.

ARAÚJO, V. **A religião distrai os pobres? O voto econômico de joelhos para a moral e os bons costumes.** São Paulo, SP: Edições70, 2022b.

AVRITZER, Leonardo. **Política e antipolítica: a crise do governo Bolsonaro.** São Paulo, SP: Todavia, 2020.

AVRITZER, Leonardo; BRAGATTO, Rachel Callai; SANTANA, Eliara (org.). **Eleições 2022 e a reconstrução da democracia no Brasil.** Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2023.

AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie. **Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política.** Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2021.

BERGER, Peter L. A dessecularização do mundo: uma visão global. **Religião & Sociedade**, Rio de Janeiro, RJ, v. 21, n. 1, p. 9-24, 2000.

BERGER, Peter L. **O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião**. São Paulo: Paulus, 1985.

BIROLI, Flávia; MACHADO, Maria das Dores Campos; VAGGIONE, Juan Marco. **Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina.** São Paulo: Boitempo, 2020.

BURITY, Joanildo A. **Identidade e Política no Campo Religioso.** Recife: IPESPE/Editora Universitária UFPE, 1997.

CAMPOS, Leonildo Silveira. As origens norte-americanas do pentecostalismo brasileiro: observações sobre uma relação ainda pouco avaliada. **Revista USP**, São Paulo, n. 67, p. 100-115, set./nov. 2005.

CARRANZA, Brenda; MARIZ, Cecília Loreto; CAMURÇA, Marcelo (org.). **Novas comunidades católicas: em busca do espaço pós-moderno.** Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2009.

CARRANZA DÁVILA, Brenda Maribel. **Renovação carismática católica: origens, mudanças e tendências.** 1998. 260 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

CARTA CAPITAL. **As intenções de voto para presidente entre evangélicos e católicos, segundo a Quaest.** CartaCapital, 10 jun. 2026. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/as-intencoes-de-voto-para-presidente-entre-evangelicos-e-catolicos-segundo-a-quaest/ .

CASTELLS, Manuel. **Ruptura: a crise da democracia liberal.** Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2018.

CESARINO, Letícia. **O mundo do avesso: verdade e política na era digital.** São Paulo, SP: Ubu Editora, 2022.

CÔRTES, Mariana. A revolta dos bastardos: do pentecostalismo ao bolsonarismo. **Religião & Sociedade**, Rio de Janeiro, RJ, v. 42, n. 2, 2022.

DATAFOLHA. **Brasileiros vão menos à igreja e dão menos contribuições.** Folha de S.Paulo, São Paulo, SP, 27 jun. 2022. Cotidiano. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/06/datafolha-brasileiros-vao-menos-a-igreja-e-dao-menos-contribuicoes.shtml .

DATAFOLHA. **Lula alarga liderança entre católicos, e Bolsonaro, entre evangélicos.** Folha de S.Paulo, São Paulo, SP, 14 out. 2022. Poder. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/10/datafolha-lula-alarga-lideranca-entre-catolicos-e-bolsonaro-entre-evangelicos.shtml

DIAS, Otávio. **Entre Lula e o bolsonarismo: o voto evangélico em 2026.** Fundação Fernando Henrique Cardoso, 1 abr. 2026. Disponível em: https://fundacaofhc.org.br/debate/entre-lula-e-o-bolsonarismo-o-voto-evangelico-em-2026/.

EVANGÉLICOS estão mais tristes do que católicos com Brasil, aponta Datafolha. Folha de S.Paulo, São Paulo, SP, 29 out. 2018. Poder. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/evangelicos-estao-mais-tristes-do-que-catolicos-com-brasil-aponta-datafolha.shtml

FRESTON, Paul. Uma breve história do pentecostalismo brasileiro: a Assembleia de Deus. **Religião & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 104-129, 1994.

GIUSTI, Serena; PIRAS, Elisa. **Democracy and Fake News.** Information manipulation and Post-Truth Politics. Routledge, 2020.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022: religiões: resultados preliminares da amostra.** Rio de Janeiro, RJ:

IBGE, 2025. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=2102182&view=detalhes .

ISER - INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS DA RELIGIÃO. **Cadernos do ISER: O pentecostalismo.** Rio de Janeiro, RJ: Tempo e Presença Editora Ltda., n. 6, mar. 1977.

MACHADO, Maria das Dores Campos. **Carismáticos e pentecostais: adesão religiosa na esfera familiar.** Rio de Janeiro, RJ: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), 1994. Tese (Doutorado em Sociologia) – IUPERJ, Rio de Janeiro, RJ, 1994.

MARIANO, Ricardo. Os neopentecostais e a teologia da prosperidade. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 44, p. 24-44, mar. 1996.

MOURA, Maurício; TREVISAN, Maria Carolina. **Voto a voto: os cinco principais motivos que levaram Bolsonaro a perder (por pouco) a reeleição.** Rio de Janeiro, RJ: Telha, 2024.

MUDDE, Cas. **A extrema direita hoje.** Rio de Janeiro, RJ: EdUERJ, 2022.
ORO, Ari Pedro. Algumas interpelações do pentecostalismo no Brasil. **Horizonte**, Belo Horizonte, MG, v. 9, n. 22, 2011. Dossiê: Pentecostalismo no Brasil.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **'Acreditamos em um Brasil onde a política esteja a serviço da vida'.** São Paulo: PT, 8 jun. 2026. Disponível em: https://pt.org.br/acreditamos-em-um-brasil-onde-a-politica-esteja-a-servico-da-vida/. Acesso em: 16 out. 2026.

PORTUGAL, Fernando Luz Sinimbu. **A ameaça à democracia republicana brasileira: qual é a relação entre o fascismo italiano da década de 1920 e o bolsonarismo de 2013 a 2023?** 2024. 115 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2024. Orientadora: Karina Junqueira Barbosa.

ROCHA, Camila. **Menos Marx, mais Mises: o liberalismo e a nova direita no Brasil.** São Paulo, SP: Todavia, 2021.

ROCHA, João Cezar de Castro. **Bolsonarismo: da guerra cultural ao terrorismo doméstico.** Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

SOUZA, Etiane Caloy Bovkalovski de; MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. **Os pentecostais: entre a fé e a política.** Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 22, n. 43, p. 85-105, 2002. Disponível em: SciELO.

VAN DIJCK, José; POELL, Thomas; DE WAAL, Martijn. **The platform society: public values in a connective world.** New York: Oxford University Press, 2018.

WEBER, Max. **Ciência e política: duas vocações**. São Paulo: Cultrix, 2004.